

Sarney

Opin

24 JUL 1988

História que

JORNAL DO BRASIL
nao hoje

24 JUL 1988

Wilson Figueiredo

Pouco se importa a História com o que digam a seu respeito. Está se lixando para os homens de má vontade. Desde que foi nomeada pelos romanos *mestra da vida* vem lecionando de graça. É severa, porém, com os alunos desatentos: obriga-os a repetir o curso inteiro. Não admite, no entanto, exercícios gratuitos à sua custa.

Tudo que se diz em sociedade e se escreve a seu respeito ela aceita desde que seja interpretação. Mesmo alguma falsificação dos fatos tem curso livre; por conta da falibilidade dos intérpretes e para ajudar a teoria a se acomodar. Simulações, não. A História desautoriza projeções do passado no presente. O futuro pode ser desenhado com imaginação, mas o que se passou é sagrado. Não vale especular com hipóteses: não tem peso real o que teria sido se outros fossem os protagonistas.

Nada de querer saber, portanto, o que teria sido dos brasileiros e das brasileiras se em 1945, em vez do marechal Dutra, tivesse sido eleito o brigadeiro Eduardo Gomes. No mais, a História concede total liberdade para que dela digam uns e outros o que bem entenderem. Não é como a mulher de César, obrigada a pairar acima dos mexericos para que o marido não fosse soterrado pela maledicência. A prova é que não há registro de qualquer interpelação judicial ou ação por danos morais e políticos de sua iniciativa contra historiadores. Está mais para mulher de malandro.

Com o devido respeito pela liberdade de interpretação política, não chega a ser abuso o cidadão admitir em causa própria que o Brasil não seria certamente o mesmo se, em vez do presidente José Ribamar Sarney, o empossado em 15 de março de 1985 tivesse sido Tancredo Neves em pessoa. Seria muito diferente, quando nada, porque não teríamos um presidente que chama publicamente abóbora de jerimum.

A partir dessa premissa, muitas conclusões se tornam irresistíveis, e as comparações passam a ser perfeitamente admissíveis. É direito dos cidadãos procurarem nos governantes explicações para suas desditas cívicas. Ninguém deixar de reconhecer que, senão tudo, a maior parte do que nos cabe em incerteza, com Tancredo Neves se teria passado diferente, com outros resultados. É elementar. A inflação, por exemplo, não teria sido hospedada pela nova República em aposentos oficiais, com honras de alguém influente e capaz de promover o desenvolvimento econômico.

Vá lá que Tancredo Neves não fosse tão bom quanto parecia, mas diferente não há dúvida que seria. Para começar, desde que não fosse o governo Sarney, já seria muito melhor. E para concluir também. Não é desprezível a diferença mensurável até nas circunstâncias de que um foi candidato a presidente e o outro programado para vice. São diferentes até os pré-requisitos para a escolha de um e de outro e, como se comprova, o nível de exigência é muito menos rigoroso para o segundo. Nunca se escolhe um candidato a vice levando em conta a hipótese pior. A História do Brasil é um currículo para repetentes. Ficamos todos para o período de recuperação, que está sendo esta transição. A imprevidência não merece o tratamento de destino. Foi ela, e não ele, que acabou buscando tão longe — como ele próprio diz — o vice para entregar-lhe a presidência.

A outra diferença — que também não atenta contra o rigor objetivo das apreciações políticas — está em que, na primeira hipótese, ficaríamos desobrigados de aturar o mandato de cinco anos. Tancredo Neves preferia quatro anos e, com o módulo presidencial da primeira República, já estaríamos a esta altura fechando o ciclo da transição com a sucessão. E certamente já estaria entre nós a conquista democrática que ainda não nos visitou — a reeleição presidencial. Um medo ancestral prefere mandatos maiores, quando podiam ser reduzidos, em 20 por cento de tempo, os riscos da escolha. Um dia se verá que a reeleição dos presidentes que dão certo é o remédio adequado para evitar a lengalenga das prorrogações de mandatos e artimanhas correlatas, que depreciam o regime. O que é bom para os Estados Unidos não é necessariamente ruim para o Brasil. A reeleição serviria também para afastar da cabeça dos que assistem clinicamente os governos moribundos a idéia costumeira da eutanásia.

É tão arraigado o preconceito contra a reeleição que o próprio presidente Sarney, tão atilado e não menos aplicado em defender o seu, pensou fazer um bom negócio para nós quando preferiu os cinco anos. Agiu como se um mandato de cinco anos na mão valesse mais do que dois de quatro voando alto. A facilidade com que o presidente conseguiu o presidencialismo e, de sobremesa, papou o mandato de cinco anos mostra que, se pensasse antes no Brasil é nos brasileiros, o desembolso não seria maior para entrarmos na era da reeleição.

Por último — e muito pior — foi o esvaziamento do conteúdo oposicionista da vitória alcançada com Tancredo Neves. A razão de ser da eleição indireta foi suavizar a transição para os que saíam, e não para comprometer os que entravam. A facilidade virou inadimplência. A engenharia da transição armou uma ponte, com oposicionistas e dissidentes do governo militar, para ser desmontada depois que todos tivessem passado ao outro lado.

Na definição militar, pontes são engenhos que se desmontam depois de concluída a retirada — mas não antes. A Aliança Democrática foi dinamitada antes de concluída a transição. Deu no que deu. Em três anos o presidente Sarney — de olho nos cinco — aliviou o peso do PMDB no governo. Os verdadeiros oposicionistas foram sendo constrangidos a se retirar.

Desde que não se pode argumentar com o que teria feito Tancredo Neves, nada impede que, sem desrespeitar a objetividade, se considere o que José Sarney fez ou deixou de fazer.